



**BIÊNIO – janeiro de 2023 / janeiro de 2025**

**Antonio José Costa de Freitas Guimarães**

Conselheiro/Presidente do TCMPA

**Lúcio Dutra Vale**

Conselheiro/Vice-presidente do TCMPA

**José Carlos Araújo**

Conselheiro/Corregedor do TCMPA

**Francisco Sérgio Belich de Souza Leão**

Conselheiro/Ouvidor do TCMPA

**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**

Conselheira/Diretora Geral da Escola de Contas Públicas do TCMPA

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**

Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

**Sebastião Cezar Leão Colares**

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

**CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A):**

↳ **José Alexandre da Cunha Pessoa**

↳ **Sérgio Franco Dantas**

↳ **Adriana Cristina Dias Oliveira**

↳ **Márcia Tereza Assis da Costa**

**CRIAÇÃO**

“O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) foi instituído pela **Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980**, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal.”

**MISSÃO**

“Orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.”

**VISÃO**

“Ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.”

**REGULAMENTAÇÃO/DOE TCMPA**

Lei Complementar nº 102/2015, 25/09/2015

Instrução Normativa nº 03/2016/TCMPA

Sua estreia aconteceu em 13/12/2016

**CONTATO/DOE do TCMPA**

Secretaria Geral/ (91) 3210-7813

suporte.doe@tcm.pa.gov.br

**ENDEREÇO/TCMPA**

Trav. Magno de Araújo, 474 - Telégrafo Sem Fio.

Belém - Pará - Brasil - CEP 66.113-055

Telefone: (91) 3210-7500 (Geral)

## TCMPA vai ampliar ações no Marajó para auxiliar na garantia de direitos de crianças e adolescentes

Durante a tarde desta terça-feira (5), o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) e o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) estiveram reunidos virtualmente para debater o cenário atual da infância e adolescência no Arquipélago do Marajó e metodologias para garantir os direitos de meninos e meninas marajoaras, dentro da competência técnica de cada uma das duas instituições.

De acordo com o conselheiro Cezar Colares, com a conselheira substituta Adriana Oliveira e equipe técnica do TCMPA que estiveram na reunião, a Corte de Contas vai constituir uma comissão para trabalhar a realidade da rede de proteção social no Marajó, tendo inclusive desdobramento de ações já em execução do Tribunal naquele arquipélago, que envolvem principalmente melhorias da qualidade do ensino público municipal. Entre as propostas do Tribunal de Contas dos Municípios, está articular uma atividade conjunta com o Unicef, organização internacional com forte atuação na região. Também serão convidadas para integrar o grupo outras instituições nacionais, estaduais e com trabalho presente na região, além de órgãos públicos. Juntos, será feita uma avaliação da atuação da rede de proteção social, como, por exemplo, dos conselhos tutelares dos 17 municípios marajoaras. A avaliação permitirá um diagnóstico técnico que traduza como está o cotidiano desses conselhos e subsidiarão ações posteriores.

**LEIA MAIS...**



## NESTA EDIÇÃO

DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL	
PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO	02
DO GABINETE DO CORREGEDOR	
TERMO DE PARCELAMENTO	03
SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO	04
DO GABINETE DE CONSELHEIRO	
DECISÃO MONOCRÁTICA	04
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA	11
DO GABINETE DE CONSELHEIRO SUBSTITUTO	
TORNAR SEM EFEITO	12
SOLICITAÇÃO DE PRAZO	12
DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA ESPECIAL	
PAUTA DE JULGAMENTO	13
CONTROLADORIAS DE CONTROLE EXTERNO – CCE	
NOTIFICAÇÃO	15
DOS SERVIÇOS AUXILIARES - SA	
PORTARIA	16
CONTRATO	18



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)

Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

**TCMPA**  
2003-2018

DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

**DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL****PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO****ACÓRDÃO****ACÓRDÃO Nº 44.485**

PROCESSO Nº 047410.2022.2.000

MUNICÍPIO: MOJU

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO

EXERCÍCIO: 2022

RESPONSÁVEL: SANDRA HELENA ATAÍDE DE LIMA

CONTADOR: PAULO SÉRGIO FADUL NEVES

MPC: SUBPROCURADORA ERIKA MONIQUE PARAENSE SERRA VASCONCELOS

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

EMENTA: Prestação de contas de gestão. Remessa intempestiva da prestação de contas do 1º quadrimestre. Remessa intempestiva dos arquivos contábeis mensais dos meses de janeiro a julho e de setembro a novembro. Remessa intempestiva dos arquivos da folha de pagamento dos meses de janeiro a maio, o mês de julho e os meses de outubro e novembro. Regulares com ressalvas. Multas.

Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata do PLENÁRIO ELETRÔNICO VIRTUAL, realizado no período de 05/02/2024 a 09/02/2024, e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Relator,

DECISÃO:

I – JULGAR REGULARES COM RESSALVAS as contas do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOJU, de responsabilidade de SANDRA HELENA ATAÍDE DE LIMA, relativas ao exercício financeiro de 2022.

II – APLICAR as multas abaixo à Sra. SANDRA HELENA ATAÍDE DE LIMA que deverão ser recolhidas ao FUMREAP/TCM/PA (Lei nº 7.368/2009), no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM/PA, nos seguintes valores:

- 200 (duzentas) UPF-PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art. 700, I, do RI/TCM-PA, pelo atraso na remessa da prestação de contas do 1º quadrimestre fora do prazo, descumprindo o inciso V, do art. 335 do RI/TCM-PA c/c a Instrução Normativa nº 002/2019/TCM/PA;

- 100 (cem) UPF-PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art.700, I, pelo atraso na remessa mensal dos arquivos de folha de pagamento dos meses de janeiro a maio, o mês de julho e os meses de outubro e novembro fora do prazo, descumprindo o art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa nº 002/2019/TCM/PA;

- 100 (cem) UPF-PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art.700, I, pelo atraso na remessa mensal dos arquivos contábeis dos meses de janeiro a julho e de setembro a novembro fora do prazo, descumprindo o art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa nº 002/2019/TCM/PA.

III – ADVERTIR a Responsável que o não recolhimento das multas no prazo estipulado, ficará passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

IV – EXPEDIR o competente Alvará de Quitação à Responsável, no montante de R\$ 31.711.265,88 (trinta e um milhões, setecentos e onze mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), onde se inclui na conta banco R\$ 13.373.279,92 (treze milhões, trezentos e setenta e três mil, duzentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos), após comprovação do recolhimento das multas aplicadas.

Plenário Eletrônico Virtual do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, de 05 a 09 de fevereiro de 2024

**Protocolo: 46101****RESOLUÇÃO****RESOLUÇÃO Nº 16.749**

PROCESSO Nº 022001.2017.1.000

MUNICÍPIO: CAPANEMA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL

ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO: 2017

ORDENADOR: FRANCISCO FERREIRA FREITAS NETO

PROCURADORA: ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

RELATOR: CONSELHEIRO ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES

EMENTA: CONTAS ANUAIS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. MUNICÍPIO DE CAPANEMA. EXERCÍCIO DE 2017. DEFESA APRESENTADA. FALHAS PARCIALMENTE SANADAS. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RETIDAS E NÃO REPASSADAS. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA CORRETA APROPRIAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS. PROCESSOS LICITATÓRIOS

[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)

Consulte via leitor de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

IRREGULARES. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS, COM RESSALVAS. MULTAS. NOTIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do processo nº 022001.2017.1.000, RESOLVEM, à unanimidade os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016.

DECISÃO:

I – EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO, COM RESSALVAS, das Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal de Capanema, exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do Sr. Francisco Ferreira Freitas Neto.

II – APLICAR, ao ordenador de despesas, as multas abaixo, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, no prazo de trinta dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM/PA:

1. Multa de 300 UPF-PA, prevista no artigo 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pelas contribuições retidas e não repassadas ao Regime Geral de Previdência Social, no prazo legal, descumprindo o artigo 30, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei Federal nº 8.212/91.

2. Multa de 300 UPF-PA, prevista no artigo 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pela falta de comprovação da correta apropriação e recolhimento das obrigações patronais, aos Regimes Geral e Próprio de Previdência Social, impossibilitando a verificação do cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria.

3. Multa de 800 UPF-PA, prevista no artigo 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pelas falhas em Processos Licitatórios, violando as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e das Resoluções nºs 11.535/2014 e 29/2017/TCM/PA.

III – FICAM estabelecidas as seguintes determinações:

a) Ciente o ordenador de despesas, que o não recolhimento das multas aplicadas, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão, resultará nos acréscimos decorrentes da mora, nos termos do artigo 703, incisos I a III, do Regimento Interno deste Tribunal e, ainda, no caso de não atendimento de referidas determinações, serão os autos remetidos à Procuradoria Geral do Estado, objetivando o protesto e execução do título, na forma prevista no artigo 697, §§1º e 2º do citado Regimento.

c) Deverá a Secretaria deste TCM, após o trânsito em julgado desta decisão, notificar a Presidência da Câmara

Municipal de Capanema, para que, em 15 (quinze) dias, retire os autos da sede deste Tribunal, para processamento e julgamento do presente Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o artigo 71, §2º, da Constituição Estadual, informando a esta Corte de Contas o resultado do julgamento. Em caso de inobservância por parte da Câmara Municipal, ao acima disposto, notadamente quanto à retirada dos autos neste TCM/PA, fica desde já autorizada a Secretaria Geral, observadas as cautelas legais e normativas incidentes, em adotar as providências necessárias de remessa postal da referida documentação.

Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. Belém-PA, 04 de dezembro de 2023.

Protocolo: 46101

## DO GABINETE DO CORREGEDOR

### TERMO DE PARCELAMENTO

#### CONS. JOSÉ CARLOS ARAÚJO

##### EXTRATO DE TERMO DE PARCELAMENTO

PROCESSO Nº: 1.098424.2021.0015

PROCEDÊNCIA: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO DE PARAUPEBAS/PA.

INTERESSADO: MUSA NABIH MUSA OTHMAN

EXERCÍCIO: 2021

NÚMERO DO TERMO: 026/2024

NÚMERO DE PARCELAS: 04 (quatro) parcelas

VALOR DA PARCELA: R\$ 1.858,69 (mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos)

VENCIMENTOS: 08/04/2024; 08/05/2024; 08/06/2024 e 08/07/2024

DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 11/03/2024.

Belém, 11 de março de 2024.

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**

Conselheiro Corregedor

##### EXTRATO DE TERMO DE PARCELAMENTO

PROCESSO Nº: 1.019002.2022.2.0010

PROCEDÊNCIA: CÂMARA MUNICIPAL DE BUJARU/PA.

INTERESSADO: MARIA NILZA BITENCOURT DA SILVA.

EXERCÍCIO: 2022

NÚMERO DO TERMO: 027/2024

NÚMERO DE PARCELAS: 08 (oito) parcelas



VALOR DA PARCELA: R\$3.662,56 (três mil seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

VENCIMENTOS: 16/04/2024, 16/05/2024, 16/06/2024, 16/07/2024, 16/08/2024, 16/09/2024, 16/10/2024 e 16/11/2024.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 11/03/2024.

Belém, 11 de março de 2024.

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**

Conselheiro Corregedor

Protocolo: 46098

## SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO

### CONS. JOSÉ CARLOS ARAÚJO

#### DESPACHO DE SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO

Nº 029/2024

PROCESSO Nº: 1.019001.2022.1.0033

PROCEDÊNCIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE BUJARU/PA.

INTERESSADO: MIGUEL BERNARDO DA COSTA JUNIOR.

EXERCÍCIO: 2022

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE MULTA AO FUMREAP, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSTANTE NO PROCESSO Nº 019001.2022.1.000, RESOLUÇÃO Nº 16.784, DE 23/01/2024.

Considerando o relatado na Informação Nº 029/2024 – GAB/CORREGEDORIA/TCM, tratando-se de pedido de parcelamento do débito em favor do FUMREAP, autorizo, em 02 (duas) parcelas o pagamento referente a multa do RESOLUÇÃO Nº 16.784, de 23/01/2024.

Cientifique-se o requerente, para assinar o TERMO DE PARCELAMENTO.

Belém, 11 de março de 2024.

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**

Conselheiro Corregedor

Protocolo: 46099

## DO GABINETE DE CONSELHEIRO

### DECISÃO MONOCRÁTICA

#### CONS. ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

##### REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR

(ART. 348, I, DO RITCM-PA)

**PROCESSO** Nº: 1.001001.2023.2.0030  
(1.001001.2023.2.0033, 1.001001.2023.2.0035  
1.001001.2023.2.0037)

**NATUREZA:** MEDIDA CAUTELAR

**MUNICÍPIO:** ABAETETUBA

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL

**RESPONSÁVEL:** FRANCINETI MARIA RODRIGUES CARVALHO – PREFEITA

**EXERCÍCIO:** 2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

Tratam os autos de REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR, editada por meio do Acórdão nº 44.017/2023-TCM/PA, decorrente do exercício do Controle Externo, no seguinte teor:

1. “ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos autos do Processo nº 1.001001.2023.2.0030, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão:
2. I – DEFIRO a concessão de Medida Cautelar, nos termos do (art. 95, LC 109/16; art. 340, I, II, § 1º; 341, II, § 1º, §2º RITCM-PA);
3. II – DETERMINAR que a Prefeitura Municipal de Abaetetuba, proceda a suspensão dos atos relativos à execução do Contrato nº 143/2023, decorrente da Concorrência para Registro de Preços nº 001/2022, realizada pela Prefeitura/Secretaria de Obras e Viação, no estágio em que se encontre, até ulterior deliberação deste Tribunal de Contas;
4. III - DETERMINAR que os autos sejam encaminhados à 4ª Controladoria, para notificação de cada responsável, SAs FRANCINETI MARIA RODRIGUES CARVALHO – PREFEITA MUNICIPAL, ZENILDA TRINDADE DA COSTA - SECRETÁRIA MUNICIPAL - PERÍODO: 01/01/2021 à 02/02/2023 e ANA CAROLINA SIMÕES ROCHA SECRETÁRIA MUNICIPAL - PERÍODO: 02/02/2023 ATÉ A PRESENTE DATA, para:
5. a) Encaminharem a este Tribunal, a comprovação do cumprimento da Medida Cautelar aplicada sustação dos atos relativos à execução do contrato nº 143/2023, abrangendo eventuais empenhos, termos de liquidação e ordens de pagamento, a partir da data de publicação da decisão;
6. b) Que as responsável informem, em relação ao contrato nº 143/2023, os tipos e as quantidades dos serviços contratados, especificando se tratam-se de “tapa-buraco” ou recapeamento, bem como o número, a localidade, a extensão, a indicação dos perímetros e as condições atuais em que se encontram as vias contempladas;
7. c) A notificação da ordenadora de despesas, sra. Francinetti Maria Rodrigues Carvalho, prefeita municipal, para





que, querendo, apresente justificativa quanto às falhas apontadas em até 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 414, §2º c/c art. 340, §6º do RITCM/PA;

8. d) A notificação da Secretária Municipal de Obras e Viação, no período de 01/01/2021 a 01/02/2023, sra. Zenilda Trindade da Costa, Portaria nº 036/2021 e da Secretária Municipal de Obras e Viação, no período de 02/02/2023 até a presente data, sra. Ana Carolina Simões Rocha, Portaria nº 032/2023, para que, querendo, apresentem justificativa quanto às falhas apontadas em até 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 414, §2º c/c art. 340, § 6º do RITCM/PA.

9. V - DETERMINAR a aplicação de multa de 1.000 (hum mil) UPFPA, para cada, em caso de descumprimento desta decisão, de acordo com o art. 698 a 705, do RITCM/PA.”

Através da Manifestação nº 002/2024 a Coordenação de Fiscalização Especializada em Mobilidade e Obras Públicas - CEMOP/DIPLAMFCE, analisou a documentação encaminhada pela Prefeita, Srª Francinetti Maria Rodrigues Carvalho, após o que, recomendou a Revogação da Medida Cautelar aplicada, concluindo:

“...Ante o exposto, considerando o cumprimento parcial das determinações expedidas em caráter cautelar e, ainda, a continuidade do processo de fiscalização, por meio do monitoramento das ações corretivas e seus resultados (art. 315 do RITCM-PA), elencamos a seguir as pendências remanescentes:

a) Ausência de publicação das informações relativas ao Contrato nº 143/2023 no Portal da Transparência do município de Abaetetuba e dos documentos mínimos obrigatórios no sistema GEO-OBRA, em contrariedade ao art. 7º, VI e art. 8º, caput da Lei nº 12.527/11 c/c anexo I da Resolução nº 40/2017/TCM-PA, prejudicando a transparência, a fiscalização e o controle social que devem conduzir as contratações públicas;

b) Ausência de especificação dos serviços a serem executados através do Contrato nº 143/2023, em desacordo ao previsto no art. 55, I da Lei nº 8.666/93.

Por derradeiro, submetemos os autos à apreciação e deliberação do Exmo. Conselheiro Relator, nos termos do art. 344, caput do RITCM-PA, e, tendo em vista o atendimento à deliberação relativa à adequada execução contratual, materializado através do Plano de Execução encaminhado, o qual será objeto de monitoramento, sugerimos a REVOGAÇÃO da Medida Cautelar que determinou a sustação dos atos relativos à execução do Contrato nº 143/2023, sem prejuízo à aplicação das penalidades regimentais cabíveis.”

A concessão de medida cautelar prevista no art. 340 e seguintes, do Regimento Interno desta Corte, cabível quando haja receio fundado de grave lesão ao erário ou de risco de ineficácia da decisão de mérito e, especificamente, em seu art. 341, II, a suspensão do ato ou de procedimento, até que se decida sobre a questão de mérito suscitada.

A Prefeitura interessada, cumprindo parcialmente a determinação constante no referido Acórdão, encaminhou documentação, comprovando a suspensão do do Contrato nº 143/2023, bem como o atendimento à deliberação relativa à adequada execução contratual, materializada através do Plano de Execução.

Por todo o exposto, em razão do atendimento parcial aos termos da cautelar fixada, determino a REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR expedida por meio do Acórdão nº 44.017/2023-TCM/Pa, de 14/11/2023.

Relativamente às pendências não cumpridas na Decisão anterior, Acórdão nº 44.017/2023-TCM/Pa, III, a) e b). Determino a aplicação da multa de 1.000 (hum mil) UPFPA, prevista no mesmo, à Prefeita Municipal, Srª .FRANCINETI MARIA RODRIGUES CARVALHO, ordenadora de despesa.

Determino que a execução do Contrato nº 143/2023, seja devidamente monitorada por esta Corte de Contas.

Determino, também, a publicação e remessa da presente Revogação de Medida Cautelar à Prefeitura Municipal de Abaetetuba, representada pela Srª. FRANCINETI MARIA RODRIGUES CARVALHO e submeto à apreciação Plenária. Belém, 05 de março de 2024.

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro Relator

**Protocolo: 46094**

#### **JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA**

(Art.59 e 60 da Lei Complementar nº 109/2016 c/c Art. 563; 564. § 3º DO RITCM-PA)

**PROCESSO** Nº: 1.008001.2023.2.0021 / 1.008001.2023.2.0027

**NATUREZA DO PROCESSO:** JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA

**MUNICÍPIO:** ANANINDEUA

**ÓRGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**DENUNCIADO:** THIAGO FREITAS MATOS - SECRETÁRIO

**DENUNCIANTE:** BELÉM RIO SEGURANÇA LTDA

**EXERCÍCIO:** 2024

**RELATOR:** CONSELHEIRO ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

**ADVOGADO:** ALVARO AUGUSTO DE PAULA VILHENA-OAB/PA 4.771



Trata-se do juízo de admissibilidade de DENÚNCIA, interposta pela empresa BELÉM RIO SEGURANÇA LTDA CNPJ: 17.433.496/0001-91, representada por seu Advogado, Dr. ALVARO AUGUSTO DE PAULA VILHENA-OAB/PA 4.771, (procuração anexa), em desfavor do Município de Ananindeua - Secretaria Municipal de Administração, THIAGO FREITAS MATOS, Secretário, bem como do pregoeiro, LUCAS MARTINS BATISTELA, em razão de supostas ilegalidades cometidas no âmbito do PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 9/2023-027/PMA, cujo objeto trata da “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL OSTENSIVA ARMADA, A SEREM EXECUTADOS DE FORMA CONTÍNUA NAS DEPENDÊNCIAS DAS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, DE UNIFORMES, DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI’S) E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DOS TRABALHOS, COM POSTOS DE 12 HORAS (DIURNAS E NOTURNAS) ININTERRUPTAS NA ESCALA 12X36, COM O OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS/UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA - PMA”, no valor de R\$ 89.751.098,52.

Segundo os requisitos de admissibilidade da DENÚNCIA, a peça inicial deve referir-se ao administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida com clareza e objetividade, conter o nome completo, a qualificação do DENUNCIANTE e conter informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção, in verbis:

RITCM/PA

Art. 564. São requisitos de admissibilidade de denúncia sobre matéria de competência do Tribunal:

I - referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição;

II - ser redigida com clareza e objetividade;

III - conter o nome completo, a qualificação e o endereço do denunciante;

IV - conter informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção;

V - anexar e/ou indicar as provas que deseja produzir ou indício da existência do fato e/ou ato denunciado.

- 1º A denúncia apresentada por pessoa jurídica será instruída com prova de sua existência regular e comprovação de que os signatários têm habilitação para representá-la.

- 2º Para fins de identificação, o denunciante anexará cópia autêntica de documento de identidade e de comprovante de endereço expedido em até 3 (três) meses anteriores à protocolização da denúncia.

- 3º O exame de admissibilidade abordará, para além dos requisitos enumerados neste artigo, a competência do Tribunal sobre o assunto, a legitimidade do representante, a suficiência dos indícios e a existência de interesse público, no trato da suposta ilegalidade apontada.

Com base no previsto no Art. 568, § 2º, decidi, antes de consignar meu juízo de admissibilidade, determinei a notificação do Interessado, fato que, após o encaminhamento das justificativas anexas, resultou na Informação nº 042/2024/ 4ª Controladoria.

Citada Informação (nº 042/2024), sugere a não admissibilidade da presente Denúncia, uma vez que “em razão dos fatos e documentos apontados na defesa, não encontramos indícios da existência do fato denunciado, já que a fim de resguardar a conformidade dos atos administrativos praticados, tudo ocorreu com o objetivo de obter a contratação mais vantajosa.”

Nesse diapasão, a petição dirigida a este Tribunal de Contas deixou de preencher aos requisitos cumulativos, impostos pela norma jurídica mencionada, uma vez que a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção, não prosperaram no trato da suposta ilegalidade apontada.

Por fim, em razão do exposto, Voto pela INADMISSIBILIDADE da presente DENÚNCIA, tendo em vista o não preenchimento das exigências legais cumulativas, dispostas no artigo 60, Lei Complementar nº 109 c/c artigo 563; 564 § 3º RITCM-PA.

Encaminhe-se ao Denunciante, a presente Decisão, conforme previsão Regimental.

Arquivem-se, os autos.

Ao Pleno, nos moldes do art. 570, RITCM/PA.

Belém, 05 de março de 2024.

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**

Conselheiro Relator

**Protocolo: 46095**



**DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE****PROCESSO:** 1.138002.2020.2.0005 (138002.2020.2.000)**MUNICÍPIO:** NOVA IPIXUNA**ÓRGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL**EXERCÍCIO:** 2020**ASSUNTO:** PEDIDO REVISÃO FACE ACÓRDÃO Nº 41.627/2022**RESPONSÁVEL:** DORALICE DE ALMEIDA AMARAL**CONTADOR:** JORGE LUIS DE OLIVEIRA. CPF 181.430.018-06**RELATOR:** CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Trata os autos de Pedido de Revisão apresentado voluntariamente por **DORALICE DE ALMEIDA AMARAL**, ordenadora de despesa da Câmara Municipal de NOVA IPIXUNA, exercício de 2010, face a decisão do Plenário desta Corte de Contas que negou aprovação as contas de sua responsabilidade, pela seguinte impropriedade: **“pela ausência de apresentação dos contratos referentes aos Pregões Presenciais nº 001/2019 e 001/2020”**, além de multas, conforme os termos do Acórdão nº 41.627, de 09 de novembro de 2021, abaixo transcrito para melhor entendimento:



Tribunal de Contas dos Municípios  
Ato publicado no D.O.E nº 1403,  
de 23/12/23, pg. 4  
Responsável

**ACÓRDÃO N.º 41.627**  
**Processo n.º 138002.2020.2.000**  
**Município:** Nova IPIXUNA  
**Órgão:** Câmara Municipal  
**Assunto:** Prestação de Contas  
**Exercício:** 2020  
**Instrução:** 6ª Controladoria  
**Responsável:** Doralice de Almeida Amaral  
**Contador:** Jorge Luis de Oliveira  
**Procuradora MPCM:** Elisabeth Massoud Salame da Silva  
**Relator:** Conselheiro Lúcio Vale

**EMENTA:** CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IPIXUNA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO DE 2020. DEFESA APRESENTADA. PERMANÊNCIA DA FALHA REFERENTE À NÃO INSERÇÃO NO MURAL DE LICITAÇÕES DOS CONTRATOS DECORRENTES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PP- SRP N.º 001/2019 E PP - SRP N.º 001/2020. MULTAS. DETERMINAÇÕES.

**ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade, em conformidade com o extrato de ata de julgamento e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, em:

**I. JULGAR IRREGULAR**, com fundamento no art. 45, inciso III, alínea “c” da Lei Complementar 109/2016, a prestação de contas da Câmara Municipal de Nova IPIXUNA, exercício financeiro de 2020, de responsabilidade da Sra. Doralice de Almeida Amaral, em razão da permanência, após a defesa, da falha referente a não inserção, no Mural de Licitações, dos contratos decorrentes dos Processos Licitatórios Pregão Presencial para Registro de Preços 01/2019 e Pregão Presencial para Registro de Preços 01/2020, cujo objeto foi a aquisição de combustível;

**II. APLICAR** à Sra. Doralice de Almeida Amaral as seguintes multas, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei 7.368 de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RITCMPA:

**1. Multa** na quantidade de 300 (trezentas) UPF-PA, prevista no art. 72, inciso II da Lei Complementar 109/2016, pela ausência de publicação no Sistema Mural de Licitações dos contratos decorrentes dos Pregões Presenciais para Registro de Preços 01/2019 e 01/2020;

[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)

■ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
DO ESTADO DO PARÁ

GABINETE DO CONSELHEIRO LÚCIO VALE

2

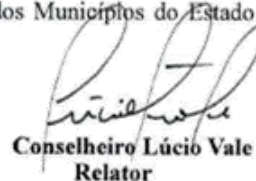
## ACÓRDÃO N.º 41.627

**2. Multa na quantidade de 100 (cem) UFF-PA, prevista no art. 72, inciso X da Lei Complementar 109/2016, pela inserção intempestiva no Sistema Mural de Licitações do 1º Termo Aditivo ao Contrato 05/2020, firmado com a empresa Jorge Luís de Oliveira – ME.**

**III. ADVERTIR** a Ordenadora de que o não recolhimento das multas aplicadas, na forma e prazo fixados, resultará nos acréscimos decorrentes da mora, com base no **art. 703, incisos I, II e III do RITCMPA** e, ainda, no caso de não atendimento de referidas determinações, na remessa dos autos à **Procuradoria Geral do Estado do Pará**, objetivando o protesto e execução do título, na forma prevista no **art. 697, § 1º e 2º do RITCMPA**.

Sala Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 09 de novembro de 2022.

  
Conselheira Mara Lúcia  
Presidente

  
Conselheiro Lúcio Vale  
Relator

**Presentes:** Conselheira Presidente Mara Lúcia; Conselheiros Lúcio Vale, Cezar Colares e Antonio José; Conselheiro Substituto Sérgio Dantas e Procuradora de Contas Elisabeth Massoud Salame da Silva.

Os autos foram distribuídos por sorteio para minha relatoria, conforme previsão no art. 406 e nos termos do Regimento Interno/TCM-PA, deste Tribunal, para análise dos pressupostos previstos no art. 629, 630, 631, 632 e 640.

O Pedido de Revisão foi protocolado *via e-mail* em 31/10/2023, de decisão publicada no Diário Oficial Eletrônico/TCM-PA nº 1403, de 23/01/2023, e o faço para ressaltar que a interposição da presente rescisória é tempestiva, apresentada no prazo de 02 (dois) anos, a teor do que prescreve o art. 84, *caput*, da Lei Complementar nº 109/2019, ressaltando que a peça de ingresso está subscrita pela própria ordenadora requerente, portanto, aferida a legitimidade.

Com a rescisória juntou os seguintes documentos: **a)** Atas Registro Preços nº 01/2019, do PP nº 01/2019 e Ata Registro Preços nº 01/2020, PP nº 01/2020; **b)** Ordens Pagamento nº 00017, 00085, 00094, 00143, 00181, 00216, 00252, 00301, 00338, 00372, 00396, 00433/2019 e 00023, 00076, 00096, 00121, 00153, 00178, 00207, 00239, 00274, 00298, 00326, 00384/2020; **c)** Notas de Empenho nº 125002, 313002, 322001, 425001, 522001, 628001, 724001, 823003, 923002, 1025001, 1121001, 1230003/2019 e 24010001, 6030004, 19030003, 22040002, 22050005, 25060003, 21070003; 20080001, 39090004, 20100002, 18110004, 29120001/2020; **d)** Notas Fiscais nº 000.005.694, 000.005.747, 000.005.766, 000.005.834, 000.005.884, 000.005.974, 000.006.059, 000.006.167, 000.006.289, 000.006.430, 000.006.500, 000.006.624, 000.006.677, 000.006.754, 000.006.785, 000.006.845, 000.006.897, 000.006.967, 000.007.002, 000.007.107, 000.007.146, 000.007.189, 000.007.259, referente aos Pregões, acima referidos.

Considerando se tratar de autos inseridos no Sistema de Processo Eletrônico – SPE/TCM-PA, entendo por dispensada a requerente de apresentar as peças elencadas no art. 632, do Regimento Interno/TCM-PA, consoante permissivo do §1º, do mesmo dispositivo.

**Decido:**

A falha que tornou irregulares as contas do requerente se deu por conta de “**não inserção no Mural de Licitações dos contratos decorrentes dos Processos Licitatórios, Pregão Presencial PRP nº 01/2019 e Pregão Presencial PRP nº 01/2020**”, de que trata de aquisição de combustível.

[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)

■ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE





O Regimento Interno/TCM-PA, prevê:

**“Art. 629. De decisão definitiva de mérito do Tribunal, transitada em julgado, caberá Pedido de Revisão, sem efeito suspensivo, interposto uma só vez, pelo responsável, interessado ou pelo Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, dentro do prazo de 02 (dois) anos, contados da publicação no Diário Eletrônico do TCM-PA, objetivando sua rescisão e fundar-se-á:**

**III- na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida ou a decisão adotada.**

**§3º. Nos casos de fundamentação, com base no inciso III, a admissibilidade rescisória, ficará condicionada, obrigatoriamente, à apresentação dos documentos novos, com a comprovação da impossibilidade de apresentação dos mesmos, por ocasião do julgamento das contas.**

O §1º, do art. 1.026, do CPC, dispõe que:

**“A eficácia da decisão monocrática ou colegiada poderá ser suspensa pelo respectivo juiz ou relator se demonstrada a probabilidade de provimento do recurso ou, sendo relevante a fundamentação, se houver risco de dano grave ou de difícil reparação”.**

A respeito da documentação acostada, no que pese não serem os contratos, estes se tratam de documentos análogos os quais já constam da prestação de contas e, devidamente inseridos no Mural de Licitações/TCM-PA, de que trata de Ordens de Pagamento, Notas de Empenhos e Notas Fiscais, portanto, com possibilidade de resolução da impropriedade que originou a não aprovação das presentes contas.

Vale ressaltar que não houve requerimento de efeito suspensivo. Ante o exposto, com base no *caput* e inciso III, §3º, do art. 629, do Regimento Interno/TCM-PA, recebo o Pedido de Revisão, sem efeito suspensivo e determino o envio a 2ª Controladoria para análise técnica das proposições e documentos juntados.

Publique-se,

Belém/PA, 11 de março de 2024.

**SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES**

Conselheiro/Relator

#### **DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 002/2024/GAB. CONS. DANIEL LAVAREDA**

**Processo:** 1.048002.2023.2.0006

**Assunto:** Consulta

**Município:** Monte Alegre

**Órgão:** Câmara Municipal

**Interessado:** Jorge Luis de Andrade Tavares – Presidente

**Relator:** Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Júnior

**Exercício:** 2023

#### **DECISÃO MONOCRÁTICA**

A **Câmara Municipal de Monte Alegre**, representada pelo **Sr. Jorge Luis de Andrade Tavares**, exercício 2023, encaminhou a essa Corte de Contas **Consulta** com relação aos seguintes quesitos:

**01:** *Pode o Poder Executivo executar o pagamento, em forma de rateio entre o quadro de ativos, inativos e pensionistas do município, de acordo com o Artigo 1º, §1º, inciso I da Lei Federal 14.325/22, os recursos extraordinários provenientes dos precatórios, oriundos dos processos judiciais nº 115114-09.2019.4.01.9198/UNIÃO FEDERAL, nº 0011037-19.2015.4.01.3400 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, correspondente ao percentual de 60% (sessenta por cento), baseado na Lei Municipal nº 5.313/2023 e nos princípios da Legalidade previsto no caput do artigo 37 e da Autonomia Municipal prevista no caput do artigo 29 da Constituição Federal de 1988?*

**02:** *Pode o Executivo integralizar estes recursos extraordinários como complementação em investimentos na Educação, para ressarcimento do déficit do piso Constitucional, previsto na EC 119/2022 dos exercícios dos anos de 2020 e 2021?*

Ocorre que, a par do que preceitua os artigos 236 e seus parágrafos do RI/TCM-PA, na hipótese de existência de deliberação Plenária sobre a matéria objeto da consulta, inexistindo fundamento que autorize a modificação de



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



← Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

entendimento firmado, proceder-se-á o encaminhamento de ofício ao interessado informando que a questão suscitada já se encontra assentada em manifestação desta Corte de Contas, conforme:

**Art. 236. Se sobre a matéria objeto da consulta já houver deliberação Plenária, a unidade técnica eventualmente consultada dela dará ciência ao Conselheiro Relator, juntando a referida deliberação e/ou prejulgado à sua manifestação.**

§ 1º. Se considerar necessária a adoção de novo entendimento, o titular da Controladoria ou da unidade técnica poderá apresentar fundamentos legais e técnicos para abalar sua reapreciação, ficando a critério do Conselheiro Relator apresentar proposta para alteração da deliberação e/ou prejulgado.

§ 2º. Na hipótese mencionada no caput, o Conselheiro Relator oficiará ao consulente, remetendo-lhe cópia da decisão constituída em prejulgado.

Assim, tendo em conta que a indagação feita pelo consulente já encontra baliza na Resolução nº 16.683, fixada com efeito de repercussão geral, na forma de Prejulgado de Tese, consoante previsão do art. 241, do RITCMPA, encaminhado ao Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Monte Alegre, os traços estabelecidos pelo Pleno desta Corte de Contas para pagamento dos precatórios do FUNDEF/FUNDEB aos profissionais do magistério:

**EMENTA: CONSULTA. DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO. PREENCHIMENTO PARCIAL DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. ADMISSIBILIDADE DA CONSULTA, CONFORME AUTORIZATIVO DO §3º DO ART. 231 DO RITCM. ALTERAÇÕES ESTABELECIDAS PELA LEI FEDERAL Nº 14.325/2022 E EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 114. PRECATÓRIOS FUNDEF. PAGAMENTO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INDEPENDENTE DO VÍNCULO (EFETIVOS, TEMPORÁRIOS, COMISSIONADOS). ALCANCE DE ATIVOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS E, AINDA, HERDEIROS VINCULADOS AO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO NO PERÍODO DE ABRANGÊNCIA. COMPROVAÇÃO DO EFETIVO EXERCÍCIO EM OBSERVÂNCIA À LEI FEDERAL Nº 9.424/1996. ART-47-A DA LEI Nº 14.113/2020. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DO RATEIO. UTILIZAÇÃO DO VALOR PRINCIPAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO. DESVINCULAÇÃO DOS JUROS DE MORA. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPOSIÇÃO DA RCL. RETENÇÃO DE IRRF. FIXAÇÃO DE REPERCUSSÃO GERAL.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso XVI, da LC nº 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, com as seguintes conclusões aos itens propostos: **1.** Fazem jus ao rateio todos os profissionais do magistério da educação básica, independente da natureza do vínculo funcional mantido para o cargo durante o período em que ocorreram os repasses a menor do Fundef (1997-2006), incluindo-se os que já estejam aposentados e que comprovem o exercício efetivo nas redes públicas de ensino no período descrito, para além dos herdeiros, nos casos de falecimento do beneficiário; **2.** Os profissionais do magistério da educação que no período de 1997 à 2006 fossem remunerados com valores do Tesouro Municipal, face o repasse menor do Fundef, fazem jus ao recebimento dos valores referentes aos precatórios; **3.** A exclusão dos profissionais do magistério da educação do rateio, face às diferenças na fonte de remuneração estão em desconformidade aos preceitos estabelecidos no caput do art. 47-A da Lei Federal nº 14.113/2020; **4.** A utilização dos recursos oriundos das diferenças apuradas nos repasses da União, vinculados ao extinto Fundef, é exclusiva na área de educação; **5.** Deve a administração se valer da legislação vigente à época para definir os critérios e condições em que serão utilizados os valores de precatórios recebidos; **6.** Recursos recebidos de valores a menor, oriundos do Fundef, deve ser utilizada como parâmetro a Lei 9.424/1996, e se tratando de valores referentes ao Fundeb, deve ser observada a Lei nº 11.494/2007; **7.** Os valores pagos a título de diferença de transferência do Fundef são computados na Receita Corrente Líquida (RCL) para fins de observação dos limites na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); **8.** Em caso de falecimento do beneficiário, o pagamento dos valores aos respectivos herdeiros será realizado mediante apresentação de alvará judicial ou instrumento congêner, por meio do qual se autoriza o pagamento do valor; **9.** O lançamento/registro contábil das receitas auferidas a partir da percepção dos valores pagos via precatórios do extinto FUNDEF, observarão às regras prescritas na Instrução Normativa nº 03/2022/TCMPA (ANEXO I); **10.** É impositiva a incidência de Imposto de Renda, observadas



as regras fixadas pela União, através da Receita Federal do Brasil; **11.** Fixação de repercussão geral, na forma de Prejulgado de Tese, consoante previsão do art. 241, do RITCMPA.

Logo, da Resolução nº 16.683 conclui-se que a utilização dos recursos oriundos das diferenças apuradas nos repasses da União, vinculados ao extinto Fundef, é exclusiva na área de educação e que deve a administração se valer da legislação vigente à época para definir os critérios e condições em que serão utilizados os valores de precatórios recebidos. Assim, para recursos recebidos em virtude de valores repassados a menor, oriundos do Fundef, deve ser utilizada como parâmetro a Lei 9.424/1996, e se tratando de valores referentes ao Fundeb, deve ser observada a Lei nº 11.494/2007. Pelo exposto, com fundamento no art. 236, §2º<sup>1</sup>, do RI/TCM-PA, encaminhado ao Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Monte Alegre resposta à consulta formulada.

Publique-se a presente decisão no Diário Oficial deste TCM/PA, em cumprimento ao que determina o art. 234<sup>2</sup> do RI/TCM-PA. Após, arquivem-se os autos.

Belém, 11 de março de 2024.

**LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**

Conselheiro Relator

<sup>1</sup> **Art. 236.** Se sobre a matéria objeto da consulta já houver deliberação Plenária, a unidade técnica eventualmente consultada dela dará ciência ao Conselheiro Relator, juntando a referida deliberação e/ou prejulgado à sua manifestação.

(...)

<sup>2</sup> **2º.** Na hipótese mencionada no caput, o Conselheiro Relator oficiará ao consulente, remetendo-lhe cópia da decisão constituída em prejulgado

<sup>2</sup> **234.** A decisão proferida pelo Conselheiro Relator, por ocasião do juízo de admissibilidade da consulta, será publicada junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA.

## DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

### CONS. ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

#### DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

**PROCESSO Nº:** 590012009-00

**MUNICÍPIO:** Porto de Moz

**ÓRGÃO:** Prefeitura Municipal

**ASSUNTO:** Contas Anuais de Gestão

**EXERCÍCIO:** 2009

**RESPONSÁVEL:** Rosibergue Torres Campos

**INSTRUÇÃO:** 4ª Controladoria

**RELATOR:** Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães

**PROCURADORA:** Elisabeth Massoud Salame da Silva

Tratam os autos das Contas Anuais de Gestão da Prefeitura Municipal de Porto de Moz, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do Sr. ROSIBERGUE TORRES CAMPOS, os quais receberam regular tramitação, com a instrução da 4ª Controladoria de Controle Externo e com a submissão à audiência do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na forma regimental.

Encerrada a instrução processual, os autos seguiram ordinária tramitação a este Relator, objetivando a apreciação para fins de relatoria e voto junto ao Colendo Plenário.

É o Relatório

O Plenário do TCM/PA, tendo em vista os novos contornos estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos dos Recursos Extraordinários n.ºs 729.744/MG e 848.826/DF, bem como dos sequenciais desdobramentos judiciais, fixados pelas 1ª e 2ª Turmas, daquele órgão, em interpretação das disposições previstas nos incisos I e II, do art. 70 c/c art. 75, da CF/88, procedeu, oportunamente, a revisão de seu Regimento Interno (Ato 23), conforme consta do Ato 25, devidamente publicado junto ao DOE/TCM/PA de 02/09/2021.

A alteração regimental promovida no âmbito deste TCM/PA, por indispensável, atenta ao fato de que as decisões proferidas pela Corte Suprema, em sede de recurso extraordinário e com repercussão geral, possuem observância obrigatória pelos Juízes e Tribunais, de acordo com o que impõe o art. 927, III, do CPC, e que esse código por sua vez é aplicado subsidiariamente aos processos que tramitam neste órgão de controle externo, em consonância com o art. 750 do RI/TCM/PA.

Assim, conforme consta do atualizado e vigente Regimento Interno, destacadamente, junto ao art.

1º, inciso I, §§ 1º, 1º-A, 1º-B c/c art. 546, necessária se faz a adequação da apreciação das Contas Anuais de Gestão da Prefeitura Municipal de Porto de Moz, de modo que o dever constitucional desta Corte de Contas, estabelecido no art. 31, § 1º, da CF/88, seja exercido da forma que impõe o entendimento vinculativo proferido pelo STF.



Diante do exposto e, assim, com especial atenção às disposições regimentais vigentes, decido monocraticamente, pela juntada dos presentes autos àqueles correspondentes às Contas Anuais de Governo do citado município (processo nº 590012009-00), objetivando seu processamento e julgamento unificado, na forma do vigente art. 546, do RI/TCM/PA, para subsequente emissão do respectivo Parecer Prévio, em cumprimento ao que determina o art. 31, § 2º c/c art. 71, I e II e 75, da CF/88.

A partir da presente decisão interlocutória, os autos consolidados passarão a tramitar sob o n.º 590012009-00, nominados, na forma do art. 1º, inciso I, do RI/TCM/PA, de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal, competindo à Secretaria Geral do TCM/PA, a adoção das medidas necessárias junto ao sistema eletrônico de processos.

Fica cientificado desta decisão o Sr. ROSIBERGUE TORRES CAMPOS, Prefeito Municipal de Porto de Moz, no exercício financeiro de 2009, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA, na forma regimental.

Belém, 08 de março de 2024.

**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**

Conselheiro Relator

Protocolo: 46091

## DO GABINETE DE CONSELHEIRO SUBSTITUTO

### TORNAR SEM EFEITO

#### CONS. SUBST. ADRIANA OLIVEIRA

##### DESPACHO EM PROCESSO DE TORNAR SEM EFEITO

**Processo Nº:** 1.014006.2020.2.0009 (apensado ao 202030160-00)

**Natureza:** Solicitação de prorrogação de prazo

**Município:** Belém

**Responsável:** Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior - Prefeito do Município de Belém (2013-2020)

**Considerando** o equívoco constatado na publicação, solicito tornar sem efeito a publicação do despacho sobre concessão de prorrogação de prazo relativo ao Processo nº 1.014006.2020.2.0009, publicado na Edição nº 1.665, do Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA, página 20, do dia 07 de março de 2024.

Belém, 11 de março de 2024.

**ADRIANA OLIVEIRA**

Conselheira Substituta/TCMPA

### SOLICITAÇÃO DE PRAZO

#### CONS. SUBST. ADRIANA OLIVEIRA

##### DESPACHO EM PROCESSO DE SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO/DEFERIDO

**Processo Nº:** 1.014600.2024.2.0002 (202030160-00)

**Natureza:** Solicitação de prorrogação de prazo

**Município:** Belém

**Origem:** Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência - SECONT

**Representante:** Sr. Marcos José Pereira Damasceno – Secretário

Considerando a solicitação de prorrogação de prazo encaminhada pelo atual Prefeito do Município de Belém, Sr. Edmilson Brito Rodrigues, representado pelo Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência, Sr. Marcos José Pereira Damasceno em epígrafe, para apresentar documentos e/ou esclarecimentos no bojo do Processo nº 202030160-00, em virtude da NOTIFICAÇÃO Nº 45/2024/GAB. CONS. SUBST. ADRIANA OLIVEIRA/TCMPA (referente aos fatos relatados no Parecer Técnico nº 746/2023/NAP/TCMPA) defiro o pleito após o exame das justificativas expostas e concedo prorrogação por mais 15 (quinze) dias, a contar do dia útil imediatamente seguinte ao término do prazo inicialmente concedido, com fundamento no art. 423 do Ato nº 23, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Regimento Interno deste TCM/PA.

Belém, 11 de março de 2024.

**ADRIANA OLIVEIRA**

Conselheira Substituta/TCMPA

##### DESPACHO EM PROCESSO DE SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO/DEFERIDO

**Processo Nº:** 1.014006.2020.2.0009 (apensado ao 202030160-00)

**Natureza:** Solicitação de prorrogação de prazo

**Município:** Belém

**Responsável:** Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior – Prefeito do Município de Belém (2013-2020)

**Considerando** as solicitações apresentadas pelo Sr. Zenaldo Rodrigues Coutinho Junior, Prefeito de Belém no período de 2013/2020, em virtude da NOTIFICAÇÃO Nº17/2024/GAB. CONS. SUBST. ADRIANA OLIVEIRA/TCM-PA, quais sejam: 1) a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias para atendimento da ; 2) acesso ao inteiro teor dos autos e 3) da exclusão de seu nome quanto à responsabilidade no processo (referente aos fatos



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



■ Consulta via leitor de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE



relatados no Parecer Técnico nº 746/2023-NAP/TCMPA), defiro o pedido de acesso ao inteiro teor aos autos, assim como mais 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Despacho no Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, com fundamento no art. 423 do Regimento Interno deste TCM-PA 1. Quanto ao pleito de exclusão do seu nome da responsabilidade sobre o processo em epígrafe, deve o pleiteante apresentar a documentação que comprove os argumentos apresentados por ocasião de seu comparecimento a este TCM-PA (Termo de Comparecimento Processo nº 1.0140062020.0009), para que seja procedida a referida exclusão.

Belém, 11 de março de 2024.

**ADRIANA OLIVEIRA**  
Conselheira Substituta/TCMPA

## DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA ESPECIAL

### PAUTA DE JULGAMENTO

#### CONS. DANIEL LAVAREDA

O **Secretário-Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará** comunica aos interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na **Sessão Plenária Virtual (Eletrônica) da Câmara Especial**, a ser realizada no período de **18/03/2024 a 22/03/2024**, os seguintes processos:

#### 01) Processo nº 202030741-00

Interessado(a): Sr(a). **Maria José Pantoja da Costa**  
Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Abaetetuba - IPMA / Abaetetuba  
Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - APOSENTADORIA - Portaria nº 137/2019 de 04/12/2019  
Exercício: 2020  
Relator: Conselheira Substituta Adriana Oliveira

#### 02) Processo nº 201809401-00

Interessado(a): Sr(a). **Oteni Barbosa da Cruz**  
Origem: Instituto de Previdência do Município de Redenção - IPMR / Redenção do Para  
Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - APOSENTADORIA - Portaria nº 41/2018 de 10/09/2018  
Exercício: 2018  
Relator: Conselheira Substituta Adriana Oliveira

#### 03) Processo nº 1.006397.2008.2.0040

Origem: **ALTAPREV / ALTAMIRA**  
Assunto: Republicação de Ato - Acórdão nº 43.827, Portaria nº 012/2013 de 02/05/13  
Relator: Conselheira Substituta Márcia Costa

#### 04) Processo nº 1.048308.2015.2.0026

Origem: **IPM / MONTE ALEGRE**  
Assunto: Republicação de Ato - Acórdão nº 43.828, Portaria nº 002/2015, de 07/01/2015  
Relator: Conselheira Substituta Márcia Costa

#### 05) Processo nº 201930001-00

Interessado(a): Sr(a). **Zuila Torres Monteiro**.  
Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema - IPAC / Capanema  
Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - Resolução nº 01/2019, de 15 de janeiro de 2019.  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

#### 06) Processo nº 201806681-00

Interessado(a): Sr(a). **Cirleuda Ferreira Rodrigues**.  
Origem: IPM / Redenção do Para  
Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - Portaria nº 29/18 de 17/07/18 - Aposentadoria da Sra Cirleuda Ferreira Rodrigues.  
Exercício: 2018  
Relator: Conselheira Substituta Márcia Costa

#### 07) Processo nº 202130105-00

Interessado(a): Sr(a). **Ana Lúcia Silva da Costa**  
Origem: IPM / Abaetetuba  
Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - Decisão Monocrática nº 001/2024 publicada em 07/03/24 - Portaria nº 071/2020 de 18/11/2020 - Aposentadoria da Sra. Ana Lúcia Silva Da Costa  
Exercício: 2020  
Relator: Conselheira Substituta Márcia Costa

#### 08) Processo nº 202132043-00

Interessado(a): Sr(a). **Rosalva de Nazaré Martins**.  
Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Altamira - ALTAPREV, / Altamira  
Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - Resolução n.º 06/2021 de 04/06/2021.  
Exercício: 2021  
Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas



**09) Processo nº 1.017002.2022.2.0006**

Interessado(a): Sr(a). **Marinaldo Ambrósio da Silva** - Presidente da Câmara

Origem: Câmara Municipal / BRAGANCA

Assunto: Atos e Medidas Previstos no Art. 14, XI, RI - Resolução no 528/2022, de 17.12.2022 - revisão geral anual dos subsídios dos Vereadores e do Vereador Presidente da Câmara do Município de Bragança.

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

**10) Processo nº 202102982-00**

Interessado(a): Sr(a). **Mário Humberto Bezerra da Silva**

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR / Marabá

Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - APOSENTADORIA - Portaria nº 028/2009, nos termos do Apostilamento de 03/05/2021 - concede aposentadoria ao Sr. Mário Humberto Bezerra da Silva

Exercício: 2021

Relator: Conselheira Substituta Adriana Oliveira

**11) Processo nº 201805504-00**

Interessado(a): Sr(a). **Maria do Socorro José da Silva.**

Origem: IPMA / Ananindeua

Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - Portaria nº 0130/2018 de 04/06/18 - Aposentadoria da Sra. Maria do Socorro José da Silva.

Exercício: 2018

Relator: Conselheira Substituta Márcia Costa

**12) Processo nº 201601650-00**

Interessado(a): Sr(a). **Maria da Conceição de Carvalho Baia.**

Origem: IPASET / Tucuruí

Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - Portaria nº 0062/14 de 21/05/14 - Aposentadoria da Sra Maria da Conceição de Carvalho Baia.

Exercício: 2014

Relator: Conselheira Substituta Márcia Costa

**13) Processo nº 1.080218.2018.2.0041**

Origem: FUNPREV / SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA

Assunto: Republicação de Ato - Acórdão nº 43.812, Portaria nº 014/2018 de 19/02/2018

Relator: Conselheira Substituta Márcia Costa

**14) Processo nº 1.084446.2015.2.0097**

Origem: IPASET / TUCURUI

Assunto: Republicação de Ato - Acórdão nº 43.952, Portaria nº 0065/2015 de 13/05/2015

Relator: Conselheira Substituta Márcia Costa

**15) Processo nº 1.135001.2021.2.0003**

Interessado(a): Sr(a). **José Vieira de Castro** - (Prefeito no exercício de 2020) e Sr(a). **Givanildo Picanço Marinho** - (Prefeito no exercício de 2023)

Origem: Prefeitura Municipal / CURUA

Assunto: Atos e Medidas Previstos no Art. 14, XI, RI - Lei Municipal n. 367 de 15 de julho de 2020 que fixa subsídio do Prefeito, Vice Prefeito e Secretários do Município de Curuá para a legislatura 2021 a 2024

Exercício: 2020

Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha

**16) Processo nº 201711526-00**

Interessado(a): Sr(a). **Maria Aparecida Bezerra Macedo.**

Origem: IPASET / Tucuruí

Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - Portaria nº 0037/17 de 16/02/17 - Aposentadoria da Sra Maria Aparecida Bezerra Macedo.

Exercício: 2017

Relator: Conselheira Substituta Márcia Costa

**17) Processo nº 201601566-00**

Interessado(a): Sr(a). **Conceição de Maria Correia Vito.**

Origem: IPASET / Tucuruí

Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - Portaria nº 0071/14 de 16/07/14 - Aposentadoria da Sra Conceição de Maria Correia Vito.

Exercício: 2014

Relator: Conselheira Substituta Márcia Costa

**18) Processo nº 201601610-00**

Interessado(a): Sr(a). **Redinal Queiroz Leite.**

Origem: IPASET / Tucuruí

Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - Portaria nº 0061/15 de 13/05/15 - Aposentadoria do Sr. Redinal Queiroz Leite.

Exercício: 2015

Relator: Conselheira Substituta Márcia Costa

**19) Processo nº 201612018-00**

Interessado(a): Sr(a). **João de Deus da Silva**

Origem: Instituto de Previdência do Município de Paragominas / Paragominas



Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - Portaria nº 039/2016 de 18/10/2016  
Exercício: 2016  
Relator: Conselheira Substituta Adriana Oliveira

**20) Processo nº 202132057-00**

Interessado(a): Sr(a). **Alvanice Maria Garcia Santiago**  
Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belém / Belem  
Assunto: Aposentadorias e Pensões - Concessão e Revisão - Portaria nº 0326/2021-GP/IPMB, de 12/05/2021  
Exercício: 2021  
Relator: Conselheira Substituta Adriana Oliveira

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 11/03/2024.

**JORGE ANTONIO CAJANGO PEREIRA**

Secretário Geral

Protocolo: 46100

## CONTROLADORIAS DE CONTROLE EXTERNO – CCE

### NOTIFICAÇÃO

#### 3ª CONTROLADORIA

**NOTIFICAÇÃO Nº 25/2024/3ªCONTROLADORIA/TCM**

Processo nº 1.046001.2024.2.0001

A Exma. Conselheira MARA LÚCIA, com fundamento no arts. 93, inc. VIII e 414 e seguintes do Regimento Interno deste TCM/PA, arts. 1º, VIII, 32, inc. III, “a”, 34, 67 a 67-C todos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – LOTCM (Lei Complementar nº 109/2016), NOTIFICA a SRª. MARIA LUCILENE GUIMARÃES DE ALBUQUERQUE, REPRESENTANTE DA FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME DE MOCAJUBA, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o recebimento da Demanda de Ouvidoria nº 23012024004, alegando denúncia de irregularidade na condução da gestão da Srª. Maria Lucilene Guimarães de Albuquerque, representante da Fundo Municipal de Educação – FME de Mocajuba;  
CONSIDERANDO a competência desta Corte de Contas, especificamente da 3ª Controladoria para apreciação e julgamento das contas do Município de Mocajuba no período de 2021/2024.

**RESOLVE:**

NOTIFICAR, a Srª. Maria Lucilene Guimarães de Albuquerque, representante da Fundo Municipal de Educação – FME de Mocajuba, para que, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência desta, sob pena de multa diária nos termos do art. 278 e seguintes, do Regimento Interno do TCM/PA, para que:

- 1 – Prestar informações e apresentar defesa considerando os termos da Demanda de Ouvidoria nº 23012024004;
- 2 – Informar qual a situação funcional dos servidores, encaminhando documento comprobatório do cargo ocupado, lotação e remuneração no período de 2021 a 2024:

Nº	Nome	Cargo
01	Maria Lúcia Guimarães Valentin	Servente
02	Thereza Ribeiro da Silva	Merendeira
03	Gildete de Jesus da Silva Lopes	Professora
04	Amélia Martins Barbosa	Aux. ser. Gerais
05	Benedita Martins Amaral	Servente
06	Maria do Rosário Barbosa do Cardoso	Servente
07	Rosinete Nunes Lopes	Aux. ser. Gerais
08	Rosilene Cantão Queiroz	Professora
09	Silvane Meireles Rodrigues	Professora
10	Ruth Cabral da Cruz	Aux. ser. Gerais
11	Raimunda Nonata Benarroz Miranda	Servente
12	Lerde Pinto Cardoso	Aux. Administrat
13	Maria das Graças Correa	Servente
14	Maria de Nazaré Oliveira Pinto	Servente
15	Miraci de Souza Louzada	Professora
16	Cristolina Rodrigues Rosa	Professora
17	Maria Antonete Moraes Louzada	Professora
18	Océlio Meireles Medeiros	Professor
19	Maria Miguel Ribeiro	Servente
20	Maria Liduína Correa	Merendeira
21	Maria da Conceição Queiroz Cardoso	Servente
22	Maria José Queiroz Carvalho	Servente
23	Vitor Carvalho da Silva Neto	Professor
24	Miguel Benedito da Barbosa Cardoso	Professor
25	Ione Regina do Carmo Leite	Professora
26	Ziranilde Mariana da Silva Caldas	Professora
27	Riselda Ferreira Gonçalves	Servente
28	Maria Lúcia da Conceição Gonçalves	Professora

- 3 - Informar se adveio demissões e/ou exonerações no período de 2021 a 2024, identificando o servidor, cargo/função e respectivo ato concessivo do desligamento;



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



■ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

4 - Informar ainda, se aconteceram aposentadorias no período de 2021 a 2024, identificando o servidor, cargo/função e respectivo ato concessivo da aposentação.  
5 – Apresente outras informações que entender pertinentes a matéria.  
Belém, 12 de março de 2024.

**MARA LÚCIA**  
Conselheira/Relatora

Protocolo: 46097

#### 4ª CONTROLADORIA

##### NOTIFICAÇÃO

Nº 057/2024/4ª Controladoria/TCMPA

Publicação: 12/03/2024

##### NOTIFICAÇÃO Nº 057/2024/4ª Controladoria/TCMPA

(Processo nº 1.036004.2024.2.0001)

Demanda de Ouvidoria nº 19022024003

O Exmo. Conselheiro Antonio José Guimarães, com fundamento nos artigos 414, §2º do Regimento Interno deste Tribunal, com base na Demanda de Ouvidoria nº 19022024003 e os fatos apurados na Informação nº 120/2024 – 4ª Controladoria/TCM-PA, NOTIFICA o(a) Senhor(a) SOLANGE MOREIRA DE AGUIAR, ordenadora de despesas do Fundo Municipal de Assistência Social de ITAITUBA, nos exercícios de 2023 e 2024, para:

- 1 – Recomendar que tome as providências cabíveis para o cumprimento contratual, conforme prazos e condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº 012/2023-PE e Contrato nº 20230269;
- 2 – Encaminhar documentos comprobatórios do atendimento do item 1.

Os documentos solicitados deverão ser encaminhados através do Protocolo Geral deste Tribunal e em resposta à Notificação nº 057/2024/4ª CONTROLADORIA/TCM/PA (Informação Nº 120/2024/4ª CONTROLADORIA/TCM-PA).

O não atendimento desta Notificação, sujeita o Ordenador à multa, conforme dispõe os arts. 693, 698 e 699, do Regimento Interno deste TCM.

Belém, 11 de março de 2024.

**ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES**  
Conselheiro/Relator/4ª Controladoria/TCMPA

Protocolo: 46096



## DOS SERVIÇOS AUXILIARES - SA

### PORTARIA

#### DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA – GP

PORTARIA Nº 0171/2024, DE 06/03/2024

Nome: **DANIEL BATISTA**

Assunto: Lotar, até ulterior deliberação na SECRETARIA GERAL deste Tribunal, a contar de 1º de março de 2024.

**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**  
Conselheiro/Presidente

#### DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – DGP

PORTARIA Nº 0166/2024, DE 05/03/2024

Nome: **NAIARA VIDEIRA DOS SANTOS**

Assunto: Conceder 06 (seis) dias de licença para tratamento de saúde.

Período: 18 a 23/02/2024

**ROBSON FIGUEIREDO DO CARMO**  
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 0168/2024, DE 06/03/2024

Nome: **MAURICIO GIL CASTELO BRANCO**

Assunto: Conceder 08 (oito) dias de afastamento decorrente de casamento.

Período: 07 a 14/02/2024

**ROBSON FIGUEIREDO DO CARMO**  
Diretor de Gestão de Pessoas

### ADMISSÃO DE SERVIDOR

#### DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA – GP

PORTARIA Nº 0170/2024 DE 06/03/2024

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 27/12/2016 e com o Regimento Interno deste Tribunal (Ato nº 23/2020);  
RESOLVE: Nomear nos termos do art. 6º, inciso II, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, **DANIEL BATISTA**, matrícula nº 500001101, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR TÉCNICO - TCM.CPC.201-4, a contar de 1º de março de 2024.

**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARAES**  
Conselheiro/Presidente

Protocolo: 46103



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



■ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE



**DIÁRIA****DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – DGP****PORTARIA Nº 0149/2024 DE 29/02/2024**

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 0721/2019, de 30/05/2019, conforme o disposto no artigo 82, inciso V c/c o seu parágrafo primeiro, do Regimento Interno (Ato nº 23) deste TCMPA, à conveniência dos serviços;

**CONSIDERANDO** os termos das Portarias nº 0164/2023 e c/c o art. 145, §1º da Lei Estadual nº 5.810/1994;

**CONSIDERANDO** a solicitação contida no processo nº PA202415373, de 22/02/2024;

**RESOLVE:**

1. Autorizar a servidora abaixo, para participar do Treinamento do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), na sede do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a realizar-se na Cidade de Florianópolis/SC, concedendo-lhes diárias e passagens aéreas;

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	PERÍODO	DIÁRIAS
KATIA JAMILE PONTES DE OLIVEIRA	ASSESSOR TÉCNICO	67904600	11 A 15/03/2024	4 e ½ (quatro e meia)

2. Ao final do referido evento, os servidores deverão apresentar a comprovação da viagem e relatório das atividades à Diretoria de Gestão de Pessoas/DGP, conforme modelo aprovado pela Presidência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receberem novas diárias.

**ROBSON FIGUEIREDO DO CARMO**

Diretor de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº 0150/2024 DE 29/02/2024**

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 0721/2019, de 30/05/2019, conforme o disposto no artigo 82, inciso V c/c o seu parágrafo primeiro, do Regimento Interno (Ato nº 23) deste TCMPA, à conveniência dos serviços;

**CONSIDERANDO** os termos das Portarias nº 0164/2023 e c/c o art. 145, §1º da Lei Estadual nº 5.810/1994;

**CONSIDERANDO** a solicitação contida no processo nº PA202415351, de 16/02/2024;

**RESOLVE:**

1. Autorizar os servidores abaixo, para participar do Treinamento do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), na sede do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a realizar-se na Cidade de Florianópolis/SC, concedendo-lhes diárias e passagens aéreas;

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	PERÍODO	DIÁRIAS
FABIO JOSE LOPES VIEIRA	COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO	500000748	11 A 15/03/2024	4 e ½ (quatro e meia)
CLAYTON DE MENDONÇA JULIÃO	AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO	500001043		
MARCOS FELIPE MACEDO CARDOSO	AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO	500001073		

2. Ao final do referido evento, os servidores deverão apresentar a comprovação da viagem e relatório das atividades à Diretoria de Gestão de Pessoas/DGP, conforme modelo aprovado pela Presidência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receberem novas diárias.

**ROBSON FIGUEIREDO DO CARMO**

Diretor de Gestão de Pessoas

**Protocolo: 46104**



**DESIGNAR SERVIDOR****DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – DGP****PORTARIA Nº 0167/2024 DE 05/03/2024**

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 27/12/2016, combinado com os incisos V e XI, do art. 82, do Regimento Interno deste Tribunal (Ato 23);

**CONSIDERANDO** o Ofício Interno nº 022/2024-DAD/TCM-PA, de 05/03/2024;

**RESOLVE:**

Designar os servidores constantes no anexo desta Portaria, nos termos do Art. 67 da Lei nº 8666/93 e Resolução Administrativa nº 03/2020-TCM/PA, para atuarem como fiscal e suplente de fiscal nos contratos firmados por este Tribunal, objetivando um maior controle dos serviços oferecidos pelas empresas contratadas.

Nº CONTRATO	CONTRATADA	OBJETO	SERVIDOR FISCAL	FISCAL SUPLENTE
CONTRATO Nº 002/2024- TCM/PA	CARVALHO MIRANDA EQUIPAMENTOS LTDA	Aquisição e instalação de equipamento de áudio e som para compor o estúdio da Web Rádio.	JORGE MARCELO DA SILVA OLIVEIRA (Mat: 500000853)	MAURO CELSO FEITOSA MAIA (Mat: 500000249)

**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**

Conselheiro/Presidente

**Protocolo: 46106****TERMO ADITIVO A CONTRATO****DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – DAD****TERMO ADITIVO:** Terceiro**CONTRATO Nº:** 013/2022-TCM/PA.

**PARTES:** TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM e a empresa TECH LEAD SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.

**OBJETO:** prorrogação da vigência do contrato nº 013/2022 e a supressão do item 18 do contrato nº 013/25002, equivalente aproximadamente 0,1168% ao valor inicial atualizado do contrato.

**VIGÊNCIA DO ADITIVO:** 11 de março de 2024 a 10 de março de 2025.

**DATA DA ASSINATURA:** 08 de março de 2024.

**VALOR ESTIMADO:** R\$4.565.223,60 (Quatro milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta centavos).

**FUNDAMENTAÇÃO:** Prorrogação: inc. II, Art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e na cláusula quarta do instrumento contratual e Supressão: Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8666/93 e na cláusula vigésima segunda do instrumento contratual, processada sob o nº PA202315106.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 03101.01.126.1454.2354, Fonte: 01500000001 e Elemento de Despesa: 339040.

**ORDENADOR RESPONSÁVEL:** ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES.

**FORO:** Da Cidade de Belém, Estado do Pará.

**CNPJ DA CONTRATADA:** nº 11.887.021/0002-78.

**ENDEREÇO DA CONTRATADA:** Alameda Rio Negro, 1030, Sala 206 - Barueri, SP - CEP: 06.454-000I, Fones: (11) 4837-5785 / (91) 3222-9589, e-mail: governo@techlead.com.br.

**Protocolo: 46102**[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)

■ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE